



Fotos Sérgio Borges — Telefoto Estado

Pecora com Galvêas e Langoni com Stabile, na reunião em que o CMN discutiu a programação do setor externo

Programação do Setor Externo em 1983

"Programação do setor externo em 1983
Conselho Monetário Nacional
Brasília, 25/10/82
Índice

- I — Objetivos e instrumentos
- II — Balança comercial
- II. 1 — Exportações
- II. 2 — Importações
- III — Serviços
- IV — Movimento de Capitais
- V — Indicadores da dívida externa
- VI — Reservas Cambiais
- VII — Perspectivas a médio prazo
- VIII — Conclusões

A programação do setor externo em 1983
I — OBJETIVOS E INSTRUMENTOS

O objetivo fundamental da política econômica em 1983 será reduzir drasticamente o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, a fim de viabilizar a continuidade do processo de administração do endividamento externo.

Desta forma, o déficit em conta corrente no próximo ano não poderá ser superior a US\$ 6,9 bilhões, o que representa uma queda de 51% em relação ao resultado estimado para 1982 (US\$ 14 bilhões). Com esta redução, as necessidades de empréstimos do Brasil, em moeda, estarão limitadas a US\$ 10,6 bilhões, e o crescimento da dívida externa será de 8,9%, em contraste com a estimativa de 17,6% para 1982.

A economia brasileira deverá, dessa forma, ajustar-se o mais rapidamente possível à nova realidade representada pelo crescimento mais lento da oferta de recursos externos, como reflexo do choque negativo causado por uma sucessão de impactos exógenos que ampliou de forma desproporcional o grau de incerteza nos mercados financeiros internacionais. Enquanto não são agilizadas novas canais institucionais que possam complementar o papel dos bancos privados no processo de reciclagem de recursos financeiros para os países em desenvolvimento, será imprescindível tornar ainda mais intenso o esforço de contenção dos desequilíbrios internos e externos da economia brasileira. Dessa forma, as novas restrições externas impõem modificação na estratégia de ajustamento gradual que vinha sendo perseguida com relativo êxito desde o primeiro choque do petróleo, exigindo, em contrapartida, um processo mais rápido de redução do déficit do balanço de pagamentos, adequando-o à efetiva disponibilidade de recursos externos.

É nesse sentido que o superávit da balança comercial, de US\$ 6 bilhões, implícito na redução prevista para o déficit em conta corrente, deve ser compreendido não como uma estimativa aproximada que poderá ou não ser alcançada em função das condições do comércio internacional, mas sim como o nível mínimo de excedente comercial necessário para compatibilizar o déficit de serviços (que é dominado pela despesa com juros e, portanto, praticamente um dado) com o volume máximo de créditos que, com segurança, o Brasil poderá obter junto à comunidade financeira internacional.

Há, portanto, uma importante mudança de enfoque na programação externa para 1983, como consequência direta da alteração nas condições de acesso ao mercado financeiro internacional: nos anos anteriores, partia-se de metas de exportação para determinar o saldo provável da balança comercial que, por sua vez, iria definir o nível do déficit em conta corrente, chegando, de forma residual, ao volume necessário de empréstimos em moeda. No presente exercício, trata-se de conciliar o volume disponível de empréstimos em moeda, estimado em função do acréscimo factível de exposure dos bancos internacionais junto ao Brasil, com o nível máximo do déficit em conta corrente em condições de ser financiado, determinando-se assim o superávit mínimo necessário da balança comercial implícito nessas considerações.

A análise anterior deixa claro que, ao contrário dos outros anos, o superávit comercial em 1983 será assegurado muito mais pela contenção das importações (limitadas ao máximo de US\$ 17 bilhões), do que pelo comportamento esperado das exportações, cuja expansão está em grande parte condicionada à evolução da conjuntura internacional. Assim, o superávit comercial de US\$ 6 bilhões deverá ser alcançado mesmo com um crescimento relativamente modesto das exportações (9,5%), o que parece compatível com a perspectiva de alguma recuperação no ritmo da atividade econômica dos principais países industrializados no próximo ano. Quanto às importações, o nível de US\$ 17 bilhões será atingido especialmente pela economia de US\$ 1,1 bilhão nos gastos com petróleo, um corte de 29% nas importações do setor público (exclusive petróleo e trigo) e de 21% nas importações do setor privado.

É evidente que a viabilização desse esforço de correção do desequilíbrio externo deverá ser coerente com a redução de desequilíbrios internos e, em especial, com a reavaliação do nível programado de investimento público, face à menor disponibilidade de poupança externa e capacidade de importar.

Assim, a exemplo do que já vem ocorrendo nos últimos dois anos, dar-se-á continuidade ao conjunto de políticas fiscal e monetária, que deverão contribuir para a sensível desaceleração do processo inflacionário, tendo impacto adicional positivo, ainda que de forma indireta, sobre as contas externas, através da redução do excesso de demanda agregada. Na área monetária, a recente decisão de elevar o nível do compulsório sobre depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%, estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5% em 1983 e 1,5% em 1984. Este objetivo será alcançado especialmente pela compressão, em termos reais, do nível de investimento público (que deverá apresentar queda de 4%) e pela sensível diminuição da massa de subsídios e incentivos fiscais.

Será, por outro lado, mantido o realismo nas políticas de taxa de juros, correção monetária e, especialmente, na política cambial. A taxa de juros no mercado doméstico deverá, entretanto, apresentar queda em termos reais, em função do comportamento mais favorável das taxas do mercado internacional e da substancial redução do déficit do setor público. A estratégia de minidesvalorizações reais, isto é, desvalorizações que se aproximam da inflação doméstica, não levando, portanto, em consideração a inflação externa e assim se constituindo em ganho adicional, será mantida como principal instrumento de estímulo às exportações. A continuidade da política de diversificação de produtos e mercados será assegurada pelo apoio complementar representado por adequada assistência creditícia, baseada fundamentalmente na utilização de recursos fiscais alocados para tal fim. Por outro lado, dar-se-á prosseguimento à ação política no sentido de corrigir importantes desequilíbrios bilaterais ainda existentes, especialmente na área do Oriente Médio e dos outros países exportadores de petróleo.

Com o crescimento da dívida externa (8,9%) à taxa mais compatível com a expansão prevista para exportações (9,5%), já em 1983 haverá sensível melhoria nos indicadores relativos de endividamento. A relação entre o serviço da dívida e a exportação, por exemplo, passaria para 0,71 em 1983, em comparação com 0,86 em 1982. É importante notar que as projeções de gastos com petróleo e despesas financeiras estão baseadas em hipóteses realistas com relação à provável evolução das taxas de juros e do preço do petróleo, respectivamente 10% (libor) e US\$

33,00 o barril. Qualquer evolução mais favorável nos parâmetros acima poderá influenciar de forma ponderável o resultado das contas externas em 1983. Por outro lado, em face do elevado peso de nossa dívida com taxas flutuantes, cada ponto percentual de redução na libor representará uma economia potencial de US\$ 600 milhões. Da mesma forma, cada US\$ 1,00 de redução no preço médio do petróleo implicará cerca de US\$ 275 milhões a menos de gastos com o produto, supondo inalterado o volume físico importado. Especificamente com relação ao petróleo, é importante destacar a sensível aceleração no ritmo da produção doméstica, em função da incorporação de novos campos off-shore, que, de um crescimento médio anual de 13% no período 1980/81, atingiu 22% em 1982, devendo alcançar ao final do ano o volume de cerca de 300 mil barris diários. Para 1983, a produção nacional de petróleo e álcool deverá superar a média de 400 mil barris diários, passando a representar 61% do volume importado exclusivamente para consumo (650 mil barris/dia).

Na área energética houve, pelo que se vê, considerável avanço nos últimos anos, e a perspectiva é de continuidade no esforço de ampliação das fontes domésticas, para o que tem contribuído de forma decisiva a política realista de preços internos para os derivados de petróleo. Espera-se, já ao final de 1984, elevar a participação da produção nacional para cerca de 68% da importação para consumo, o que poderá resultar em ganho adicional de até US\$ 1 bilhão na conta petróleo do balanço de pagamentos.

As previsões para 1983 consideram que o total de recursos externos necessários para financiar o déficit em conta corrente (US\$ 6,9 bilhões) e as amortizações (US\$ 7,2 bilhões) será de US\$ 14,1 bilhões, dos quais US\$ 1,5 bilhão representados por capital de risco, US\$ 2 bilhões por "suppliers", organismos internacionais e agências governamentais e, finalmente, US\$ 10,6 bilhões sob a forma de empréstimos em moeda. As amortizações junto a bancos estrangeiros somam US\$ 4,9 bilhões, dos quais US\$ 4,1 bilhões referentes a empréstimos em moeda e US\$ 800 milhões a financiamentos. O acréscimo líquido de empréstimos junto a bancos estrangeiros deverá chegar a US\$ 4,2 bilhões (moeda e financiamentos). Assim, os cálculos anteriores sugerem um crescimento de "exposure" dos bancos estrangeiros junto ao Brasil da ordem de 6,8%. Esta taxa é inferior ao ritmo esperado de capitalização do sistema financeiro internacional (10%) e bem abaixo do ritmo de expansão dos créditos para o Brasil nos anos recentes. Isto significa que a participação relativa dos empréstimos ao Brasil nos "portfólios" dos bancos internacionais será significativamente reduzida nos próximos anos.

A implementação desse programa de ajustamento contribuirá para sensível diminuição no ritmo de crescimento do endividamento externo. A dívida externa bruta (isto é, sem deduzir as reservas internacionais) deverá evoluir de um total de US\$ 72,2 bilhões, ao final de 1982, para US\$ 78,6 bilhões, ao final de 1983. O gerenciamento dessa dívida é enormemente facilitado pelo seu perfil favorável, em virtude da política brasileira, bastante antiga, de exigir prazos mínimos de maturação e carência para os empréstimos em moeda estrangeira concedidos tanto ao setor público como ao setor privado (atualmente o limite mínimo é de 8 anos de prazo e 2,5 anos de carência). Dessa forma, a estratégia brasileira de aceitar deliberadamente maiores spreads em troca de prazos mais longos, evitando a concentração de empréstimos de curto prazo, aumentou a viabilidade do processo e a eficiência do gerenciamento da dívida externa. Vale notar que, nos próximos dois anos, as amortizações passarão a representar um proporção declinante da dívida global, passando de 12,5% em 1981 para cerca de 9,5% em 1984.

O programa de ajustamento anteriormente descrito deverá ter continuidade ao longo de 1984, devendo estender-se também aos anos posteriores. Independentemente das melhorias que venham a ocorrer no mercado financeiro internacional, uma vez superada a atual fase traumática, ou mesmo no comércio internacional, pela concretização da recuperação da economia mundial, o Brasil prosseguirá no esforço de tornar sua economia mais resistente a futuros e eventuais choques externos. Ainda que se reconheçam as dificuldades inerentes a projeções de mais longo prazo, é interessante verificar que a implementação coerente das políticas de ajustamento, já analisadas, poderá levar a uma queda no déficit em conta corrente para US\$ 4 a US\$ 5 bilhões em 1984, o que implicaria um nível necessário de empréstimos em moeda de cerca de US\$ 8 bilhões, com sensível desaceleração no ritmo do endividamento externo.

Também é fundamental perceber que, ao lado desse enorme esforço para evitar o estrangulamento externo no curto prazo, está também em curso um importante processo de profundas mudanças estruturais, na medida em que as prioridades setoriais de investimento converjam para a ampliação da fronteira agrícola e mineral, para novos projetos de exportação e para a consolidação do esforço de diversificação de fontes de energia.

Exatamente a conjugação desses ajustamentos de curto e longo prazo que irá criar as precondições para que a economia brasileira possa reencontrar uma trajetória de crescimento econômico relativamente mais estável, menos desequilibrador, que não seja ameaçado nem por pressões inflacionárias crescentes nem pela imprevisibilidade de fatores externos.

As projeções a seguir se baseiam em estimativas ainda preliminares do balanço de pagamentos para 1982. Caso os resultados definitivos defiram, de forma significativa, dos números apresentados, será necessário efetuar ajuste proporcional nos valores de 1983.

II — BALANÇA COMERCIAL

II.1 — EXPORTAÇÕES

A hipótese básica de trabalho projeta as exportações com o valor de US\$ 23,0 bilhões em 1983, com acréscimo de US\$ 2,0 bilhões sobre os US\$ 21,0 bilhões previstos para 1982. Esse crescimento de 9,5% para 1983 pressupõe certa recuperação na cotação dos produtos primários, em função da queda nas taxas de juros, assim como alguma reativação na economia dos países industrializados.

Projetou-se crescimento de 12,9% na receita de produtos primários (US\$ 10,5 bilhões, em 1983, contra US\$ 9,3 bilhões, em 1982). Este resultado poderá ser obtido mesmo com moderado acréscimo físico nas exportações dos principais produtos básicos, bastando que ocorra razoável recuperação em suas cotações, que se mostraram, na maioria dos casos, em níveis excepcionalmente baixos em 1982. As exportações de café poderão gerar receita global de US\$ 2,5 bilhões, a comparar com US\$ 2,4 bilhões em 1982. Estima-se, que, além do aumento de 500 mil sacas obtidas dentro do novo acordo no âmbito da OIC, seja viável aumento de igual quantidade na exportação a países não-mercado.

Para a soja (grão, farelo e torta), espera-se receita de US\$ 2,0 bilhões em 1983, contra US\$ 1,7 bilhão em 1982. Esse comportamento seria possível com a recuperação da produção nacional para o nível de 15 milhões de toneladas (13 milhões em 1982) e melhoria nas cotações externas. A receita de minério de ferro poderá alcançar US\$ 2,0 bilhões, com acréscimo de cerca de US\$ 180 milhões sobre 1982, em função de aumento no volume exportado como decorrência de acordos comerciais já realizados e de alguma melhoria dos preços.

Quanto aos industrializados, estimou-se crescimento de 6,8% na receita em 1983 (US\$ 12,5 bilhões em 1983, contra US\$ 11,7 bilhões em 1982). O menor crescimento dos industrializados em 1983 explica-se pela dependência brasileira em relação a mercados de países em desenvolvimento na América Latina e África, que têm enfrentado problemas de balanço de pagamentos. Mesmo os países do Oriente Médio têm-se ressentido da queda na receita com petróleo, o que limita suas possibilidades de importações.

As exportações de produtos manufaturados continuarão a merecer amplo apoio não só pela manutenção da política de minidesvalorização real da taxa de câmbio, mas também pelo desenvolvimento de mecanismos que auxiliem a comercialização e reforcem o poder competitivo dos produtos brasileiros nos mercados externos. Será criado, também, um programa especial de financiamento para projetos voltados para o setor exportador com o envolvimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O apoio financeiro às exportações, através dos créditos na forma da resolução nº 67 (produção de manufaturados para exportação), resolução nº 330 (comercialização) e do Finex, voltará a apresentar significativo crescimento em termos reais, com recursos assegurados pelo orçamento da União.

II. 2 — IMPORTAÇÕES

Em 1983, o nível das importações vai-se constituir no aspecto crucial de toda a estratégia de ajustamento do balanço de pagamentos. Isso porque se faz necessária uma redução estimada em US\$ 3,5 bilhões seu valor, em comparação com 1982 (US\$ 17,0 bilhões em 1983 contra US\$ 20,5 bilhões em 1982).

Para um dispêndio estimado de US\$ 10,1 bilhões, em 1982, com petróleo bruto, ter-se-á US\$ 9,0 bilhões em 1983, com redução, portanto, de US\$ 1,1 bilhão. O crescimento da produção doméstica de petróleo, energia elétrica, álcool, carvão e gás, a estabilidade ou ligeira redução do consumo interno de derivados de petróleo bem como a tendência à estabilização ou mesmo queda em termos nominais dos preços internacionais são fatores que deverão permitir evolução favorável dos gastos com importação de petróleo.

O valor estimado para 1982 (US\$ 10,1 bilhões) é consistente com o preço médio de US\$ 33/barril e importação bruta de 839 mil barris/dia. Na redução projetada para 1983, admitir-se-á estabilidade nos preços internacionais em dólar e importação bruta de 747 mil barris/dia. Caso o preço médio se reduza de pelo menos US\$ 1/barril, passando, portanto, para US\$ 32/barril, o dispêndio seria de US\$ 8,7 bilhões, com economia de US\$ 275 milhões. A redução de 11,0% nas importações físicas (92 mil barris/dia) seria compensada pelo crescimento na produção interna no consumo interno. A produção doméstica de petróleo deverá alcançar a média de cerca de 320 mil barris/dia, em 1983, seguindo o desempenho verificado nos últimos anos.

Vale notar que se vêm registrando quedas no consumo dos principais derivados nos últimos anos. Assim, em 1981 registrou-se queda de 9,3%, considerado o consumo global da gasolina, óleo combustível e óleo diesel, e em 1982 a queda esperada é de 3,1%.

O valor de importação de trigo deverá reduzir-se em 1983, em função da política de redução do subsídio, situando-se em US\$ 500 milhões, contra US\$ 600 milhões previstos para 1982. Essa redução contempla queda expressiva na quantidade importada e hipótese de estabilidade dos preços.

As importações vinculadas a programas de exportações tanto do setor público quanto do setor privado (basicamente Biefex e "draw-back") terão tratamento preferencial e poderão atingir nível estimado de US\$ 2,1 bilhões em 1983, dos quais cerca de US\$ 1,0 bilhão referente a máquinas e equipamentos.

As importações de máquinas e equipamentos deverão situar-se em cerca de US\$ 3,0 bilhões em 1983, com redução de 14,3% sobre o valor previsto para 1982 (US\$ 3,5 bilhões). Cerca de US\$ 1,0 bilhão das importações de máquinas e equipamentos deverá ser efetuado pelo setor público, o que se mostra compatível com a previsão de US\$ 2,0 bilhões para suas importações globais. Essas importações de máquinas e equipamentos estão coerentes com o programa de redução dos investimentos do setor público.

Com o nível das importações globais do setor público situando-se em US\$ 2,0 bilhões em 1983 (-28,6%), as importações do setor privado teriam de se reduzir de US\$ 7,0 bilhões em 1982 para US\$ 5,5 bilhões em 1983 (-21,4%). Dentro da cifra de US\$ 5,5 bilhões, será assegurada prioridade às importações do setor privado vinculadas a programas de exportação, que poderão atingir o valor de US\$ 1,6 bilhão.

III - SERVIÇOS

Quanto a serviços, projetou-se em US\$ 12,9 bilhões o déficit para 1983, comparativamente aos US\$ 14,5 bilhões estimados para 1982.

As despesas brutas com juros alcançariam US\$ 10,4 bilhões e as receitas seriam de US\$ 1,3 bilhão, com o que o dispêndio líquido situar-se-ia em US\$ 9,1 bilhões. A hipótese básica é a de que a taxa de juros internacional ("Libor") se situe, em média, em torno de 10% em 1983, em comparação com 16% em 1982. A dívida externa bruta alcançaria, em dezembro de 1982, US\$ 72,2 bilhões, estimando-se ser de 77% a dívida contratada a taxas flutuantes. Os seis pontos percentuais a menos de juros representariam economia de divisas estimada em US\$ 3,6 bilhões.

O déficit com demais serviços, que incluem transportes, seguros governamentais, viagens internacionais, lucros e dividendos e serviços diversos, foi projetado em US\$ 3,8 bilhões para 1983, valor idêntico ao estimado para 1982. Os desestímulos criados para os dispêndios com esses serviços, a exemplo dos relativos a viagens de turismo, deverão compensar eventuais crescimentos em outros itens, de sorte a estabilizar os gastos líquidos em 1983.

IV — MOVIMENTO DE CAPITALS

De acordo com informações disponíveis no Banco Central, a previsão de amortizações de dívidas a médio e a longo prazos é de US\$ 7,2 bilhões para 1983. Salvo pequenos desvios decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio das principais moedas de reserva (a valorização do dólar reduz a despesa e vice-versa, uma vez que a dívida é expressa nesta moeda), esse item pode ser previsto com bastante segurança.

Em 1983, os empréstimos em moeda alcançariam US\$ 10,6 bilhões, com queda de US\$ 6,4 bilhões, em comparação aos US\$ 17,0 bilhões estimados para 1982. Prevê-se que o aumento do "exposure" junto a bancos estrangeiros seja da ordem de 6,8% em 1983, mostrando-se consistente com o crescimento do patrimônio das instituições financeiras internacionais e com a necessidade de se reduzir drasticamente a taxa de expansão da dívida externa brasileira (14,1% em 1981, 17,6% em 1982 e 8,9% em 1983).

Quanto aos investimentos, projetou-se entrada líquida de US\$ 1,5 bilhão para 1983, idêntica à estimada para 1982. Nessa previsão não está embutida a possibilidade de maior estímulo à entrada de capitais de risco, em função, principalmente, da reversão da tendência inflacionária, caso em que um melhor desempenho desse item poderia aliviar as necessidades efetivas de empréstimos em moeda.

Para o grupo de organismos, agências governamentais e "suppliers", estimou-se ingresso líquido de US\$ 2,0 bilhões em 1983, a comparar com

US\$ 2,5 bilhões esperados para 1982. Essa queda deverá ocorrer, em 1983, tanto em função da diminuição nas importações de máquinas e equipamentos e trigo (o que reduz os ingressos) quanto pelo aumento no financiamento das exportações brasileiras (necessário para permitir o crescimento das vendas de produtos industrializados). E verdade, também, que se antecipa algum crescimento de desembolso, em termos nominais, de recursos do BID e Bird (US\$ 880 milhões estimados para 1982).

V — INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA

Estima-se que a dívida externa bruta registrada alcance o valor de US\$ 78,6 bilhões em dezembro de 1983, com crescimento de 8,9% (+17,6% em 1982).

A relação "serviço da dívida/exportações" deverá apresentar melhoria significativa, ao reduzir-se de 0,86 em 1982 para 0,71 ao final de 1983. A relação "dívida líquida/exportações" deverá permanecer no mesmo patamar (3,1), em função da estabilidade inicialmente prevista para o nível das reservas cambiais.

VI — RESERVAS CAMBIAIS

Trabalhou-se com a hipótese de que as reservas cambiais, em 1983, deverão situar-se ao nível de US\$ 7,1 bilhões. Devido aos resultados do ano em curso, esta hipótese representa, implicitamente, estabilidade ou alguma recuperação das reservas. A elevação no saldo das reservas cambiais poderá resultar do aproveitamento de margens eventualmente criadas por um melhor resultado das transações correntes — quer em decorrência de menor déficit na conta de serviços que possa advir de um comportamento mais favorável dos juros internacionais, quer por um melhor resultado na área das exportações. Caso ocorra, ao longo do ano, melhoria na liquidez dos mercados financeiros internacionais que permita captação adicional de empréstimos em moeda, tais margens seriam, também, preferencialmente destinadas a elevar as reservas externas. Possíveis folgas em relação às projeções não seriam, pois, destinadas a reverter a política de contenção das importações, mas sim a fortalecer a liquidez internacional do País. Não se pretende, contudo, que possíveis captações adicionais alcancem cifras elevadas, pois isto conflitaria com o objetivo de assegurar substancial redução na taxa de crescimento da dívida externa.

VII — PERSPECTIVAS A MÉDIO PRAZO

Em 1984, a política de ajuste das contas externas deverá ser mantida em suas linhas básicas. Para aquele ano espera-se recuperação mais efetiva da atividade econômica mundial e queda dos juros internacionais para níveis ainda mais favoráveis.

As cifras a seguir são necessariamente preliminares e representam apenas uma primeira aproximação do comportamento esperado das contas externas brasileiras em resposta à implementação do programa de correção dos desequilíbrios externos descrito anteriormente.

Admitindo-se crescimento de 13% nas exportações globais, que atingiriam US\$ 26 bilhões, e cerca de 6% nas importações, que se elevariam de US\$ 17,0 bilhões em 1983 para US\$ 18,0 bilhões em 1984, poder-se-ia fixar meta de um superávit de US\$ 8,0 bilhões na balança comercial em 1984. Admitindo-se que neste ano a "libor" se situe em 9%, os desembolsos líquidos com juros poderiam reduzir-se para US\$ 8,8 bilhões, permanecendo constante o déficit global de serviços. Neste caso, o déficit em transações correntes poderá situar-se em torno de US\$ 5,0 bilhões em 1984, em comparação com US\$ 6,9 bilhões projetados para 1983 e US\$ 14,0 bilhões estimados para 1982. Considerando, também, alguma melhoria nos investimentos de risco, como resposta à redução da taxa de inflação e à recuperação no grupo organismos, "suppliers" e agências governamentais, em função da moderada decompressão das importações, seria possível projetar em cerca de US\$ 8,0 bilhões o fluxo dos empréstimos em moeda.

Neste caso, prevê-se que o aumento do "exposure" junto a bancos internacionais crescerá apenas 5% em 1984, reduzindo-se, portanto, substancialmente, a dependência do País em relação a esses recursos. A dívida externa brasileira crescerá 4% e os coeficientes "dívida líquida/exportações" e "serviço da dívida/exportações" apresentarão melhora substancial, caindo respectivamente para 2,9 e 0,63 (3,1 e 0,71 previstos para 1983).

VIII — CONCLUSÕES

Em 1983, a política de ajustamento do setor externo será executada de modo a assegurar a obtenção de um substancial superávit na balança comercial, estimado em US\$ 6,0 bilhões.

Esse superávit comercial será necessário para que o déficit em transações correntes se reduza de US\$ 14,0 bilhões em 1982 para US\$ 6,9 bilhões em 1983. Tal redução se mostra imprescindível para que o fluxo de empréstimos em moeda se limite a US\$ 10,6 bilhões, valor compatível com o objetivo básico de reduzir drasticamente a taxa de crescimento da dívida externa (8,9% em 1983, contra 17,6% em 1982).

Assim, o nível global das importações seria, em princípio, o mesmo em US\$ 17,0 bilhões em 1983, com queda de US\$ 3,5 bilhões sobre o valor estimado para 1982 (US\$ 20,5 bilhões). Nesse total estima-se que as importações de petróleo bruto se situem em US\$ 9,0 bilhões, com queda de US\$ 1,1 bilhão sobre o valor estimado para 1982. As importações vinculadas a programas de exportações terão tratamento preferencial e poderão atingir cifra estimada em US\$ 2,1 bilhões. As importações do setor público serão fixadas em um máximo de US\$ 2,0 bilhões em 1983, contra estimativa de US\$ 2,8 bilhões em 1982.

As exportações deverão crescer de 9,5%, atingindo valor de US\$ 23,0 bilhões em 1983, principalmente em função da melhor cotação dos produtos primários. Para os industrializados, projetou-se crescimento mais moderado de 6,8%, associado a certa recuperação da atividade econômica mundial.

Para as taxas de juros, admitiu-se que a "Libor se situe, em média, em 10%", o que permitiria reduzir o déficit na conta de serviços ao nível de US\$ 12,9 bilhões (US\$ 14,5 bilhões em 1982).

Eventuais margens, geradas por melhor desempenho das exportações, comportamento mais favorável das taxas de juros e melhoria na liquidez do mercado financeiro internacional, seriam destinadas primordialmente ao fortalecimento das reservas cambiais.

Com essa estratégia, estima-se que a relação "serviço da dívida/exportações" se reduza substancialmente (de 0,86 em 1982, para 0,71 em 1983).

Para 1984, com a manutenção das linhas básicas da política econômica, seria viável a obtenção de melhores resultados nos indicadores básicos do balanço de pagamentos do País.

Uma primeira simulação sugere que, com o crescimento de 13% nas exportações e de 6% nas importações, o superávit da balança comercial atingiria US\$ 8 bilhões.

Na conta serviços, o déficit permaneceria estável, na suposição de que a "Libor" se situe em 9%. Neste caso, a taxa de crescimento da dívida externa se reduziria para aproximadamente 4% e a necessidade de empréstimos em moeda junto a bancos internacionais seria de US\$ 8,0 bilhões, com aumento do "exposure" em torno de 5%.

Em resumo, completado o ciclo de reajustamento, será reduzida, significativamente, a atual dependência da economia brasileira em relação aos mercados financeiros internacionais.